

**Presidência do Roleplay**  
**Casa Civil**  
**Chefe da Staff para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO-LEI N°0001, DE 01 DE AGOSTO DE 2020.**

**Código Penal**

**O PRESIDENTE DO HEAVEN ROLEPLAY**, usando-se do poder que lhe confere como dono, decreta a seguinte lei:

**PARTE GERAL**  
**TÍTULO I**  
**DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL**

**Anterioridade da Lei**

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

**Lei penal no tempo**

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**Lei excepcional ou temporária**

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

**Tempo do crime**

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado

**Lugar do crime**

Art. 5º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

## **Contagem de prazo**

Art. 6º - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se em minutos, os dias, os meses e os anos da pena.

## **TÍTULO II DO CRIME**

### **Relação de causalidade**

Art. 7º - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

### **Superveniência de causa independente**

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

### **Relevância da omissão**

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Art. 8º - Diz-se o crime:

### **Crime consumado**

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

### **Tentativa**

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

### **Pena de tentativa**

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

## **Desistência voluntária e arrependimento eficaz**

Art. 9º - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

## **Arrependimento posterior**

Art. 10 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

## **Crime impossível**

Art. 11 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Art. 12 - Diz-se o crime:

### **Crime doloso**

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

### **Crime culposo**

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

## **Agravação pelo resultado**

Art. 13 - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

## **Erro sobre elementos do tipo**

Art. 14 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

## **Descriminantes putativas**

§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

## **Erro determinado por terceiro**

§ 2º - Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

## **Erro sobre a pessoa**

§ 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

## **Erro sobre a ilicitude do fato**

Art. 15 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

## **Coação irresistível e obediência hierárquica**

Art. 16 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

## **Exclusão de ilicitude**

Art. 17 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

## **Excesso punível**

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

## **Estado de necessidade**

Art. 18 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

## **Legítima defesa**

Art. 19 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no **caput** deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

## **TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL**

### **Inimputáveis**

Art. 20 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### **Redução de pena**

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### **Emoção e paixão**

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal

I - a emoção ou a paixão;

### **Embriaguez :**

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

## **TÍTULO IV**

### **DAS PENAS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS ESPÉCIES DE PENA**

Art. 29 - As penas são:

I - privativas de liberdade;

II - restritivas de direitos;

III - de multa.

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**

##### **Reclusão e detenção**

Art. 30 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado

##### **Direitos do preso**

Art. 31 - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

##### **Trabalho do preso**

Art. 32 - O trabalho do preso será sempre remunerado com a redução de 1 (um) mês na sua pena.

#### **SEÇÃO II**

#### **DA PENA DE MULTA**

##### **Pagamento da multa**

Art. 33 - A multa deve ser paga dentro de 5 (cinco) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais.

## **CAPÍTULO II**

### **DA COMINAÇÃO DAS PENAS**

#### **Penas privativas de liberdade**

Art. 34 - As penas privativas de liberdade têm seus limites estabelecidos na sanção correspondente a cada tipo legal de crime.

§ 1º - As penas privativas não podem exceder o tempo de 60 anos (**minutos na cidade do Heaven RP**).

#### **Pena de multa**

Art. 35 - A multa e seu valor está prevista em cada tipo legal de crime.

## **CAPÍTULO III**

### **DA APLICAÇÃO DA PENA**

#### **Fixação da pena**

Art. 36 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

#### **Circunstâncias agravantes**

Art. 37 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime

I - ter o agente cometido o crime:

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

k) em estado de embriaguez preordenada.

### **Circunstâncias atenuantes**

Art. 38 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença;

II - o desconhecimento da lei;

III - ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou



Art. 39 - A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

### **Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes**

Art. 40 - No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

### **Cálculo da pena**

Art. 41 - A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 36 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.

Parágrafo único - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

### **Concurso material**

Art. 42 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

### **Concurso formal**

Art. 43 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 42 deste Código.

### **Crime continuado**

Art. 44 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 43 e do art. 75 deste Código.

### **Multas no concurso de crimes**

Art. 45 - No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.

### **Erro na execução**

Art. 46 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 14 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 43 deste Código

### **Limite das penas**

Art. 47. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 60 (sessenta) anos.

§ 1º Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 60 (sessenta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo.

§ 2º - Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido.

### **Concurso de infrações**

Art. 48 - No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

#### **Requisitos da suspensão da pena**

Art. 49 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício.

§ 1º - A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão do benefício.

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.

## **CAPÍTULO V DO LIVRAMENTO CONDICIONAL**

### **Soma de penas**

Art. 50 - As penas que correspondem a infrações diversas devem somar-se para efeito do livramento

### **Extinção**

Art. 51 - O juiz não poderá declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento.

## **CAPÍTULO VI DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

### **Efeitos genéricos e específicos**

Art. 52 - São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;

II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

§ 1º Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.

§ 2º Na hipótese do § 1º, as medidas assecuratórias previstas na legislação processual poderão abranger bens ou valores equivalentes do investigado ou acusado para posterior decretação de perda.

## **TÍTULO V**

### **DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

#### **Extinção da punibilidade**

Art. 53 - Extingue-se a punibilidade:

I - pela morte do agente;

II - pela anistia, graça ou indulto;

III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV - pela prescrição, decadência ou preempção;

V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

VII - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

#### **Perdão judicial**

Art. 54 - A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

## **TÍTULO I**

### **DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

#### **CAPÍTULO I**

### **DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

#### **Homicídio simples**

Art. 55. Matar alguém:

Pena - reclusão, de 10 a 20 anos, Multa R\$100000,00 (Inafiançável)

## **Caso de diminuição de pena**

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

## **Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de 30 anos, Multa R\$150000,00 (Inafiançável)

## **Feminicídio**

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

Pena - reclusão, de 30 anos, Multa R\$150000,00 (Inafiançável)

## **Homicídio culposo**

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena - detenção, de 5 a 10 anos, Multa R\$50000,00 (Inafiançável)

## **Homicídio Doloso**

§ 3º Se o homicídio é doloso:

Pena - detenção, de 3 a 6 anos, Multa R\$20000,00 (Inafiançável)

## **CAPÍTULO II**

### **DAS LESÕES CORPORAIS**

#### **Lesão corporal**

Art. 56. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, 5 anos, multa R\$15000,00

Fiança - R\$30000,00

#### **Lesão corporal de natureza grave**

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - detenção, 10 a 20 anos, multa R\$20000,00

Fiança - R\$40000,00

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

Pena - detenção, 10 a 20 anos, multa R\$20000,00

Fiança - R\$40000,00

#### **Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - detenção, 15 a 30 anos, multa R\$25000,00

Fiança - R\$50000,00

## **Substituição da pena**

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, quinze mil contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA RIXA**

#### **Rixa**

Art. 57 - Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

Pena - detenção, 1 a 15 anos, multa R\$2500,00

Fiança - R\$10000,00

Parágrafo único - Se ocorre morte ou lesão corporal de natureza grave, aplica-se, pelo fato da participação na rixa, a pena de detenção, de 6 a 24 anos.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

#### **Calúnia**

Art. 58 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, 6 a 24 anos, multa R\$10000,00

Fiança - R\$25000,00

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

#### **Difamação**

Art. 59 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, 6 a 24 anos, multa R\$10000,00

Fiança - R\$25000,00

## **Injúria**

Art. 60 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, 1 a 10 anos, multa R\$10000,00

Fiança - R\$25000,00

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena - detenção, 1 a 10 anos, multa R\$10000,00

Fiança - R\$25000,00

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL**

##### **Constrangimento ilegal**

Art. 61 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena - detenção, 3 a 12 anos, multa R\$5000,00

Fiança - R\$15000,00

##### **Ameaça**

Art. 62 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:



Pena - detenção, 3 a 6 anos, multa R\$2500,00

Fiança - R\$7500,00

### **Seqüestro e cárcere privado**

Art. 63 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena - detenção, 12 a 30 anos, multa R\$50000,00

Fiança - R\$75000,00

### **Tráfico de Pessoas**

Art. 63-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão.

Pena - detenção, 30 anos, multa R\$200000,00

Fiança - R\$350000,00

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

## **SEÇÃO II**

### **DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO**

#### **Violação de domicílio**

Art. 64 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Pena - detenção, 3 a 6 anos, multa R\$10000,00

Fiança - R\$12500,00

## **SEÇÃO III**

### **DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS**

#### **Divulgação de segredo**

Art. 65 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, 1 a 6 anos , multa R\$250000,00 (Inafiançável)

#### **Violação do segredo profissional**

Art. 66 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, 3 a 12, multa R\$10000,00 (Inafiançável)

## **TÍTULO II**

### **DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO FURTO**

##### **Furto**

Art. 67 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - detenção, 10 a 14 anos , multa R\$7000,00

Fiança - R\$15000,00

##### **Furto qualificado**

§ 4º - Pena - detenção, 14 a 20 anos , multa R\$7000,00 (Inafiançável)

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

### **Furto de coisa comum**

Art. 68 - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, 6 a 12 anos , multa R\$7000,00 (Inafiançável)

## **CAPÍTULO II**

### **DO ROUBO E DA EXTORSÃO**

#### **Roubo**

Art. 69 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 12 a 24 anos, multa R\$10000,00.

Fiança - R\$20000,00

#### **Extorsão**

Art. 70 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de 10 a 15 anos, multa R\$7000,00. (Inafiançável)

#### **Extorsão mediante seqüestro**

Art. 70 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão, de 15 a 25 anos, multa R\$14000,00. (Inafiançável)

## **CAPÍTULO III**

### **DO DANO**

#### **Dano**

Art. 71 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena - reclusão, de 1 a 6 anos, multa R\$14000,00.

Fiança - R\$8000,00

#### **Dano qualificado**

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave

III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - reclusão, de 6 a 12 anos, multa R\$24000,00.

Fiança - R\$16000,00

## **CAPÍTULO IV**

### **DA RECEPÇÃO**

#### **Recepção**

Art. 72 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de 5 a 12 anos, multa R\$5000,00.

Fiança - R\$10000,00

#### **Recepção qualificada**

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de 6 a 12 anos, multa R\$10000,00.

Fiança - R\$20000,00

**TÍTULO III**  
**DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA**

**CAPÍTULO I**  
**DOS CRIMES DE PERIGO COMUM**

**Incêndio**

Art. 73 - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de 1 a 5 anos, multa R\$2000,00.

Fiança - R\$5000,00

**Explosão**

Art. 74 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos:

Pena - reclusão, de 10 a 20 anos, multa R\$10000,00. (Inafiançável)

**CAPÍTULO II**  
**DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA**

**Incitação ao crime**

Art. 75 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - reclusão, de 3 a 6 anos, multa R\$2000,00.

Fiança - R\$4000,00

**Apologia de crime ou criminoso**

Art. 76 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena - reclusão, de 10 a 15 anos, multa R\$2000,00.

Fiança - R\$10000,00

**Associação Criminosa**

Art. 77. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 10 a 30 anos, multa R\$30000,00. (Inafiançável)

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada.

### **Constituição de milícia privada**

Art. 77-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código:

Pena - reclusão, de 50 a 60 anos, multa R\$100000,00. (inafiançável)

## **TÍTULO IV**

### **DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA FALSIDADE DOCUMENTAL**

##### **Falsificação de documento público**

Art. 78 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de 10 a 20 anos, multa R\$5000,00. (inafiançável)

##### **Falsificação de cartão**

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito

Pena - reclusão, de 2 a 5 anos, multa R\$10000,00.

Fiança - R\$15000,00

##### **Falsidade ideológica**

Art. 79 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 10 a 15 anos, multa R\$5000,00.

Fiança - R\$15000,00

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

**TÍTULO V**  
**DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**CAPÍTULO I**  
**DOS CRIMES PRATICADOS**  
**POR PARTICULARES**  
**CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

**Usurpação de função pública**

Art. 80 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - reclusão, de 3 a 12 anos, multa R\$50000,00. (inafiançável)

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de 5 a 15 anos, multa R\$50000,00. (inafiançável)

**Resistência**

Art. 81 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - reclusão, de 2 a 6 anos, multa R\$1000,00.

Fiança - R\$2000,00

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de 5 a 12 anos, multa R\$2000,00.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

**Desobediência**

Art. 82 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - reclusão, de 2 a 7 anos, multa R\$7000,00.

**Desacato**

Art. 83 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - reclusão, de 6 a 12 anos, multa R\$5000,00.

Fiança - R\$15000,00

### **Corrupção ativa**

Art. 84 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 12 a 24 anos, multa R\$50000,00. (inafiançável)

### **Contrabando**

Art. 84-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:

Pena - reclusão, de 5 a 15 anos, multa R\$50000,00. (inafiançável)

Fiança - R\$5000,00

Art. 361 - Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Heaven RolePlay, 3 de Agosto de 2020.

JONAS KAHNWALD

JONY ZERO